

e-ISSN: 1981-8416

INTER•AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

45

Goiânia, n. 2 maio/ago. 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Reitor
Edward Madureira Brasil



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Direção
Lueli Nogueira Duarte da Silva
Amoné Inácia Alves

EDITORA

Diane Valdez

EDITORA ADJUNTA

Miriam Fábria Alves

SECRETARIO EXECUTIVO

Rodrigo Gouvêa Rodrigues

COMISSÃO EDITORIAL

André Barcelos Carlos de Souza, Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, Ged Guimarães, Karine Nunes de Moraes, Kellen Cristina Prado da Silva, Livia Gomes dos Santos, Márcio Penna Corte Real, Miriam Fábria Alves, Rachel Benta Messias Bastos, Wanderson Ferreira Alves.

CONSELHO CIENTÍFICO

Afrânio Mendes Catani, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Andréia Ferreira da Silva, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Andrés Franco Aguilar, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
Ângelo Ricardo de Souza, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil
Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho (U.MINHO), Braga, Portugal
Armando Alcântara Santuário, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), C. de México, D.F, México
Belmiro Gil Cabrito, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Bruno Bontempi Júnior, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil
Catalina Rivera Guitierrez, Universidad Católica de Temoco, Chile
Cecília Hanna Mate, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Eleonora Badilla Saxe, Universidad La Salle, Costa Rica
Elizabeth Miranda Lima, Universidade Federal do Acre (UFAC), Acre, Brasil
Emílio Peres Facas, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil
François Vatin, Université de Paris X, Nanterre, França
Helena Modzelevski, Universidad de la Republica,
Hermínia Hernández Fernández, Universidad de la Habana, Cuba
Hilda Mar Rodríguez Gómez, Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia
Humberto Humbane, Universidade de Maputo (UP), Moçambique
Jane Bezerra de Sousa, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Piauí, Brasil
José Carlos Libâneo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás, Brasil
José Gonzáles Monteagudo, Universidad de Sevilla, Espanha
José Leon Crochik, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Lia Machado Fiuza Fialho, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará, Brasil
Luciana Esmeralda Ostetto, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Luisa Cerdeira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Márcia Angela da Silva Aguiar, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
Maria Cristina Parra Sandoval, Universidad del Zulia (LUZ), Maracaibo, Zulia, Venezuela
Maria D. Espíndola Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil
Mariana Cunha Pereira, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Roraima, Brasil
Marília Costa Morosini, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil
Mário Luiz Neves de Azevedo, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil
Mirza Seabra Toschi, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

Mônica Martins, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil
Monique Andries Nogueira, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Nádia Cuiabano Kunze, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Mato Grosso, Brasil
Pedro Ribeiro Mucharreira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Pérsida da Silva R. Miki, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas, Brasil
Raul Bernal Meza, Universidad Nacional del Centro (UniCEN), Tandil, Buenos Aires, Argentina
Roberto Akira Goto, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil
Roberto Donoso Torres, Universidad de los Andes, Mérida, Venezuela
Regina Célia Padovan, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantins, Brasil
Sauloéber Tarsio de Souza, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil
Sonia Xavier de Almeida Borges, Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, Brasil
Tristan McCowan, University College London (UCL), London, United Kingdom
Vera Lúcia Jacob Chaves, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Inter-Ação é o periódico semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UFG. Seu objetivo consiste em publicar, mediante avaliação no sistema duplo-cego de pareceristas ad hoc e de membros do Conselho científico, trabalhos inéditos resultantes de estudos teóricos e pesquisas sobre a educação, abrangendo as seguintes linhas de pesquisa: Educação, trabalho e movimentos sociais; Estado, políticas e história da educação; Cultura e processos educacionais; Formação, profissionalização docente, práticas educativas; Fundamentos dos processos educativos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

INTER•AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

45

Goiânia, n. 2 maio/ago. 2020

Coordenação do Dossiê:
Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral

Editoração Científica
Ana Maria de Moraes - Revisora
Érika Demachki Aguiar - Técnico- Administrativa
Jorge Lucas Marcelo dos Santos - Revisor
Jaqueline Taketsugu Alves da Silva - Bibliotecária
Janayne Carvalho do Amaral - Revisor
Kesley Albano da Silva - Designer
Liliane Juvência Azevedo Ferreira - Bibliotecária
Luiz Carlos Siqueira Filho - Revisor
Maria Ayeska Andrade Echegaray - Revisor
Priscila da Silva Neves Lima - Técnico- Administrativa

Ilustração da capa:
Fragmento do mural Desuses do mundo moderno – José Clemente Orozco (1934)

Preparação de originais:
Kellen Cristina Prado da Silva

Tradução de ementas:
Diane Valdez (espanhol)
Pedro Araújo Pietrafesa (inglês)

Apoio especial:
Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas da UFG

Ficha catalográfica

INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 1, 1975 – Goiânia: FE/PPGE/UFG, 1975, v. 45, n. 2, maio/ ago. 2020.

Quadrimestral.
ISSN: 1981-8416

1. Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação – Periódicos.

CDU 370

Indexada em:
Bibliografia Brasileira de Educação – BBE. CIBEC/INEP/MEC
Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)
DOAJ (Directory of Open Access Journals)
Edubase (Faculdade de Educação da Unicamp – Brasil)
Educ@ (Fundação Carlos Chagas – Brasil)
EZB (Electronic Journals Library)
Iresie (Índice de Revistas de Educación Superior y Investigación – México)
IBICT/SEER (<http://seer.ibict.br>)
Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal)
Ulrich's Periodicals Directory
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)
Portal de Periódicos CAPES

APRESENTAÇÃO

O Dossiê discute o panorama do financiamento da Educação no Brasil pós-golpe de 2016. A discussão sobre o que ocorreu no Brasil a partir do ano de 2014, com a eleição de Dilma Rousseff para um segundo mandato, abriu uma cisão na sociedade sobre como caracterizar o movimento que culminou, em 2016, em seu impeachment. Em 2020, quatro anos depois, fica, cada vez mais claro, que aqueles que o caracterizaram como um golpe estavam com a avaliação adequada para aquele momento; não um golpe nos moldes tradicionais, mas um tipo de ação que reúne diversos setores da sociedade para alterar uma situação política estabelecida e que, a continuidade, foi vencedora em eleições anteriores.

Considerando o contexto acima, por oportuno, sublinhamos a necessidade de se realizar estudos futuros que avaliem qual o significado de tais ações nas políticas públicas em geral e, sobretudo, no que concerne às políticas sociais e, em particular, sobre o financiamento da educação.

É importante ressaltar que uma das primeiras ações do grupo que chegou ao poder em 2016, com Michel Temer, foi a de propor e aprovar uma emenda constitucional de número 95 (EC-95), que estabeleceu um Novo Regime Fiscal e que tem como um de seus objetivos congelar os recursos financeiros do Poder Executivo, que são aplicados em pagamento de salários, água, luz, limpeza, vigilância, contratações de terceiros, construções de obras físicas, aquisição de equipamentos etc., por vinte anos, isto é, até 2036. Esse Novo Regime Fiscal já interfere no financiamento da educação e impedirá que se cumpram as metas do Plano Nacional de Educação para o período 2014-2024.

Em 2019, assumiu a presidência da república um novo grupo que tem como um de seus alvos acabar com um chamado “espectro comunista” que existiria no Brasil e que foi estruturado há 30 anos, quando tomou posse o presidente José Sarney. O campo educacional é, para esse grupo, o local onde aquele “espectro” se instalou em grande amplitude e sua desestruturação está sendo implementada por esse grupo.

Dadas as palavras iniciais, este dossiê apresenta um panorama do financiamento da educação no Brasil que possui diversas vertentes e que poderá servir de referência para a elaboração de novos estudos que mostrem, em anos futuros, quais são as movimentações que ocorreram no campo das políticas educacionais. Há que se supor que alterações substantivas venham a ocorrer, pois não é com frequência que se golpeia um caminho que vinha sendo trilhado desde que houve a interrupção da ditadura militar em 1985, passando pelos governos Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma.

Os textos que compõem este dossiê permeiam diversas vertentes: o financiamento das instituições públicas de educação superior e a Emenda Constitucional No 95, a EC-95, que congelou as despesas primárias por vinte anos; a privatização do ensino superior brasileiro e sua mercantilização; o financiamento dos estudantes para o pagamento das mensalidades em instituições privadas; e, por fim, o financiamento da educação básica em estudos específicos.

O artigo “Financiamento das Universidades Federais – determinantes econômicos e políticos”, de Roberto Leher e Maria Rosimary Soares dos Santos, considerando o marco temporal do impeachment de Dilma Rousseff, analisa a situação orçamentária das universidades federais que deixam de receber os recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento das atividades institucionais, o que exigirá a

elaboração de abordagens inéditas para que a comunidade acadêmica continue a promover a defesa do financiamento da educação pública no país.

Em “Universidades Estaduais Brasileiras: financiamento, desigualdades regionais e PNE (2014-2024)”, Renata Ramos da Silva Carvalho e Nelson Cardoso Amaral analisam o financiamento das universidades estaduais brasileiras e abordam os seguintes temas: os conteúdos legais que estabelecem como será o financiamento dessas instituições; a educação de suas despesas e a evolução dos gastos médios por aluno; e, por fim, apresentam um retrato das desigualdades sociais e econômicas existentes entre as regiões do Brasil.

A principal proposta apresentada pelo governo Bolsonaro em 2019 para as Universidades e Institutos Federais, o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, é examinada por Rosana Santos Martins e Luci Helena Santos Martins, no texto “Ensino superior público e o FUTURE-SE: uma análise acerca dos pareceres das universidades de Minas Gerais no ano de 2019”, a partir da atuação dos Conselhos das instituições federais do estado de Minas Gerais. O problema central dessa pesquisa foi o de analisar se houve rejeição ao Programa e quais foram os questionamentos e, também, se houve sugestões de alteração para uma possível aceitação do Programa.

As relações de similaridades entre o que ocorre no processo de privatização da educação superior pública no Brasil e as orientações do Banco Mundial são discutidas no artigo “Políticas de privatização do ensino superior brasileiro: uma análise acerca das orientações do Banco Mundial”, apresentado por Lucas de Paula Rodrigues e Vânia de Fátima Matias de Souza. As discussões se baseiam em dois documentos recentes do Banco: “Um Ajuste Justo”, de 2017, e “Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro”, de 2019.

A expansão do setor privado com fins lucrativos é discutida no texto assinado por Fábio Luciano Oliveira Costa, “A expansão do ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil: da Constituição Federal de 1988 até meados dos anos de 2010”. Examinando artigos publicados, a legislação vigente e dados estatísticos, o autor analisa o destacado crescimento dessas instituições, que contou com forte papel do Estado e do Fundo Público.

A formação continuada de professores contando com as parcerias público-privadas, no contexto neoliberal de privatização da educação, a partir dos anos 1990, é discutida por Mary José Almeida Pereira e Arlete Maria Monte de Camargo no artigo “O neoliberalismo e a privatização da educação: formação de professores e a relação entre as parcerias público-privadas”. A partir de uma revisão bibliográfica as autoras constatarem que as reformas sinalizam para uma priorização do setor privado em que não há a defesa da igualdade e dos direitos sociais, configurando-se como uma estratégia para a manutenção da ordem capitalista dominante no país.

Examinando a realidade do estado do Ceará, o texto “A mercantilização do ensino superior brasileiro: as contradições e os avanços possíveis na realidade cearense”, de Karine Pinheiro Souza, Nayana Lima Santos e Rafael dos Santos da Silva, apresenta o fenômeno da mercantilização do ensino superior brasileiro no contexto do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O estudo apresenta uma pesquisa de campo qualitativa em um município cearense, em que os autores realizaram entrevistas com estudantes.

Numa alternativa aos financiamentos públicos para os estudantes de instituições privadas, como o FIES e o PROUNI, essas instituições implementaram seus próprios financiamentos aos estudantes. No artigo “O financiamento estudantil privado/próprio”, de Fabíola Bouth Grello Kato e Leila Maria Costa Sousa, discute-se como a Estácio Participações S.A. implementou o financiamento estudantil como opção

aos estudantes e quais as causas e consequências dessa ação que resultará em um endividamento dos alunos perante a instituição.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o organismo que realiza o controle do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O texto “FNDE: os mecanismos de controle do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): vulnerabilidade, insustentabilidade fiscal e retração”, de Antônio Cláudio Andrade dos Reis e Vera Lúcia Jacob Chaves, analisa o controle exercido pelo FNDE para concluir sobre a vulnerabilidade, a insustentabilidade fiscal e a retração presente nesse programa governamental. Utilizando-se de dados documentais e estatísticos, apresentam fragilidades do modelo adotado e, sobretudo, o grau de inadimplência do programa.

A ideologia da Terceira Via, concebida por Anthony Giddens, e sua relação com as políticas implementadas na educação superior brasileira nos anos 2000, é analisada por Matheus Lucas Souza e Alda Maria Castro, no artigo “As influências das políticas de Terceira Via no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)”. Os autores, por meio de uma revisão de literatura e dados estatísticos obtidos no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), discutem o crescimento do setor privado na educação superior e qual foi a participação dos agentes financiadores do Estado.

A Emenda Constitucional No 95 (EC-95) de 2016, já no governo Temer, provocou, no estado de Mato Grosso do Sul, a aprovação da Emenda Constitucional Estadual No 77/2017, que espelha a decisão no âmbito da União. As consequências dessa emenda são avaliadas no estudo “O regime de limites de gastos no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social do estado de Mato Grosso do Sul: análise sobre um processo em curso”, de Solange Jarzem Fernandes. Nesse curto período, já houve redução dos salários de professores, elevação da alíquota previdenciária e postergamento da integralização do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

A política de financiamento para o ensino médio na rede estadual do estado do Mato Grosso do Sul, de 2007 a 2018, na vigência do FUNDEB, é discutida no artigo “O financiamento do ensino médio em contexto federativo: o caso do estado de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2018”, por Maria Dilnéia Fernandes e Terezinha Pereira Braz. Analisando-se dados da Secretaria Estadual, da legislação, de material divulgado na imprensa e do movimento sindical dos docentes, o estudo analisa também os valores aplicados em relação à folha de pagamento, num ambiente que pode ser caracterizado por austeridade fiscal, que teve um incremento com a aprovação da Emenda Constitucional No 95 de 2016, que congelou as despesas do Poder Executivo federal por vinte anos.

Espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir com o debate existente no campo do financiamento da educação. Além disso, que pesquisadores da área, estudantes e pessoas interessadas nessa temática possam desenvolver novos estudos que avaliem as políticas implementadas no período que aqui foi caracterizado como pós-golpe de 2016. Almeja-se, por fim, que as análises apresentadas possam subsidiar, teoricamente, movimentos sociais que defendam uma educação financiada pelo Fundo Público, gratuita, laica, democrática e de qualidade social para todos os brasileiros.

Nelson Cardoso Amaral
Coordenador do Dossiê